Certificado

A CON Treinamentos confere o presente certificado à

MATHEUS BATISTA GARCIA

pela participação e conclusão do curso **Obras Públicas e Serviços de Engenharia Conforme a Nova Lei Nº14.133/2021**, com carga horária total de 32 horas, realizado nos dias 19, 20, 26 e 27 de outubro de 2023, em Palmas - TO.

Jeane Silva
Diretora

André Baeta
Professor

CON treinamentos | contreinamentos.com.br

Uma empresa do Grupo:
CON mkt.

Código do Certificado: 1921438A12132E9A12655090 · Verifique autenticidade em: e-certificado.com

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Fontes do direito: Direito positivo x doutrina x jurisprudência
Princípios de hermenêutica jurídica aplicáveis a licitações e contratos
Direito positivo x princípios x costumes e a formação da jurisprudência
Apresentação geral dos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos e potenciais impactos na jurisprudência do TCU. Comparativo entre a Lei 8.666/93, o RDC e a Nova Lei de Licitações e Contratos. Novo papel da consultoria jurídica e do controle interno. Fundamentos de hermenêutica na aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos. Discricionariedade x poder vinculado na nova Lei de Licitações e Contratos. Visão geral da obra pública: iniciação, planejamento, execução, finalização e controle. TEORIA DA RESPONSABILIDADE E FORMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. Fato ilícito: definição Conduta: dolo e culpa. Tipos culposos comuns e obras e serviços de engenharia. Nexo causal. Excludentes de ilicitude. Excludentes de punibilidade. Excludentes de culpa. Boa-fé objetiva. Erro grosseiro de a LINDB. LINDB na Nova Lei de Licitações e Contratos e potenciais impactos na jurisprudência PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. Pregão x concorrência: diferenças e aplicabilidade (jurisprudência antiga e impactos da NLL)
Procedimento licitatório e prazos para a publicação dos instrumentos convocatórios. Orçamento sigiloso (jurisprudência do RDC e paralelismo com a NLL). Critérios de julgamento. Procedimentos obrigatórios para obras e serviços de engenharia. Lances abertos e fechados. Negociação, Recursos ,Homologação do certame. Visão geral da jurisprudência formada para o RDC e para a Lei das Estatais e o comparativo com o "novo rito licitatório" da NLL PLANEJAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS: Visão geral do TCU: Acórdãos gerais sobre governança e planejamento das contratações na Lei 8.666/93. Principais tópicos relativos ao planejamento na nova Lei de Licitações e Contratos na NLL. Gestão de riscos de obras públicas
Definição de riscos. Momento para a avaliação dos riscos. Diferença entre matriz de risco contratual e matriz de riscos de resultado
Metodologia Coso identificação de riscos em obras públicas
Tratamento e priorização de riscos em obras públicas. Identificação de respostas a riscos em obras públicas. Controle e monitoramento de riscos em obras públicas. Exercício prático sobre riscos em obras públicas
Acórdão do TCU sobre avaliação de riscos em obras públicas
Estudos de viabilidade na nova Lei de Licitações e ContratosViabilidade Técnica. Viabilidade Econômica, Viabilidade Ambiental
Viabilidade Financeira. Estudos de Impacto de Vizinhança (ETP) na nova Lei de Licitações e Contratos. Acórdãos do TCU sobre estudos de viabildiade
Estudos técnicos preliminares em obras públicas (ETP) Definição de estudos técnicos preliminares. Comparação entre ETP estabelecido na IN 40/2020 e o trazido pela nova Lei de Licitações Identificação do problema
Requisitos para a contratação- Levantamento de mercado
Escolha e descrição da solução Estabelecimento de quantitativos
Estabelecimento do preço - Justificava de parcelamento. Contratações correlatas e/ou interdependentes Alinhamento da contratação com o Planejamento Anual de Contratações. Resultados pretendidos
Providências prévias à contratação. Possíveis impactos ambientais
Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade do empreendimento.
Acórdãos do TCU sobre ETP em obras públicas PROJETO. Visão geral da jurisprudência do TCU sobre projeto básico e projeto executivo na Lei 8.666
Projeto básico: elementos mínimos na nova Lei de Licitações e Contratos e diferenças para a Lei 8.666/93. Condições de contorno: direcionamento do objeto. Projeto simplificado para casos de emergência. Projeto executivo: definição e aplicação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos.
Contratações de projeto Faculdade ou obrigatoriedade da utilização de técnica e preço. Procedimentos na nova Lei de Licitações e Contratos relativos à técnica e preço. Boas práticas de gestão de projetos
METODOLOGIA BIM. Previsão do BIM na Nova Lei de Licitações e Contratos Decreto 10306/2020. Definição de BIM e vantagens de utilização
Modelagem de editais e condições de habilitação em contratação de projetos em BIM. Implementação do BIM e fases de implementaçãoEstimativas de impacto na jurisprudência em face das novas disposições relativas a projeto. ORÇAMENTO DE OBRAS SEGUNDA A NOVA LEI DELICITAÇÕES: Custo Direto x Despesas indiretas x Custos indiretos
Estabelecimento de preços de mercado segundo a nova Lei de Licitações e Contratos, Custo Direto, Aplicabilidade do Decreto 7.983/2013 – Sicro, Sinapi, sistemas estaduais e municipais e pesquisas de preço
Critérios de aceitabilidade unitário e global Composições de custo unitário Materiais. Consumos, perdas e pesquisas de preço
Mão de obra. Produtividade e salários base. Encargos sociais e encargos complementares. Grupos A, B, C e D. Horistas x mensalistas. Efeitos das chuvas sobre os custos de mão de obra. Desoneração da mão de obra
Equipamentos. Adaptações ao sistema de referência
SINAPI Visão geral. Escolha das composições no Sinapi
Situações de adaptação obrigatória no Sinapi
Estabelecimento de itens novos no orçamento: procedimentos na nova Lei de Licitações BDI na nova Lei de Licitações e Contratos
Aplicabilidade do Acórdão 2622/2013-Plenário
BDI diferenciado para materiais. Principais erros no estabelecimento do BDI referencial. Custos indiretos. Administração local: valor de mercado e formas de medição. Mobilização e desmobilização do canteiro: valor de mercado e formas de medição. Manutenção do canteiro de obras: valor de mercado e formas de medição Estabelecimento do prazo da obra: Contratos por escopo e contratos por prazo determinado na nova Lei de Licitações. Principais problemas identificados no dimensionamento de prazo de obras. Principais acórdãos do TCU sobre orçamento e potenciais impactos em face das mudanças da NLL CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. Principais Acórdãos do TCU sobre contratação direta em obras públicas, segundo a 8.666/93. Apresentação das principais novidades da NLL. Dispensa x inexigibilidade. Casos de contratações emergenciais e diferenças da nova lei em relação à Lei 8.666
Contratação direta pelo valor da obra ou serviço de engenharia segundo a nova lei. Contratação de especialista por notório conhecimento
Remanescente de obra na nova Lei de Licita ções e Contratos
Outros casos de contratação direta para obras e serviços de engenharia na nova lei. Estimativa de impactos da NLL sobre a jurisprudência
ELABORAÇÃO DO EDITAL E DA MINUTA DE CONTRATO
O uso das diferentes "trilhas licitatórias" na nova lei
Prazos de publicação e modalidades de licitação previstas
Novidades da nova Lei de Licitações e Contratos A inversão de fases
Os novos critérios para a seleção da melhor proposta. O orçamento sigiloso. Lances abertos, fechados, combinados e o uso do pregão Lances intermediários. Habilitação. Jurisprudência do TCU em relação a habilitação Habilitação x classificação na nova Lei de Licitações e Contratos Principais novidades. Aplicabilidade da jurisprudência estabelecida sob a ótica da Lei 8.666/93.Principais falhas observadas nas condições de habilitação em obras públicas. Classificação,
Inexequibilidade: nova forma de cálculo. Aplicabilidade da jurisprudência então concebida para ateste de inexequibilidade, Critérios de aceitabilidade de preço. Impactos na jurisprudência do TCU firmada.
Matriz de riscos, Conceito,Casos de obrigatoriedade, Comparação da jurisprudência formada no RDC e estimativas de entendimentos a partir da NLL. Tipos de empreitada. Empreitada por preço unitário Empreitada por preço global, Tarefa, Empreitada integral
Contratação integrada, Contratação Semi-integrada
Fornecimento e prestação de serviço associado Comparação da jurisprudência formada no RDC e estimativas de entendimentos a partir da NLL, Diferenças entre empreitadas por preço global e unitário Casos de utilização e motivação para o uso de um e outro instituto. Aditivos em empreitadas por preço global Erros ou omissões no orçamento Matriz de riscos em empreitadas por preço global
Acórdão 1977/2013-TCU-Plenário e sua aplicabilidade após a edição da nova lei. CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA
Apresentação das principais decisões do TCU no RDC e na Lei das Estatais. Definição dos novos institutos na NLL
Motivação do uso. Elementos do Anteprojeto nas contratações integradas. Orçamento da contratação integrada e aplicabilidade do Sicro/Sinapi. Aditivos na contratação integrada
Matriz de riscos nas contratações integrada e semi-integrada
Seguros. Diferenças para a contratação integrada e a semi-integrada. Orçamento nas contratações semi-integradas e novidades na nova Lei de Licitações e Contratos
Responsabilidade pela emissão das licenças ambientais e estudos de desapropriação nas contratações integradas e semi-integradasstimativas de impacto na jurisprudência
FISCALIZAÇÃO Principais novidades
Fiscal x gestor do contrato. Responsabilidade do fiscal
Fiscalização de encargos trabalhistas e previdenciários
Contratação de consultores e empresas supervisoras: novos entendimentos. Exigência de ART. Diário de obras – elementos mínimos. Elementos mínimos para medição e ateste de serviços
Química contratual e contratos verbais: novidades
Principais erros de medição em obras públicas encontrados pelo TCU. Aplicabilidade da jurisprudência do TCU relativa à Lei 8.666/93. Estimativa de impacto na jurisprudência, principalmente com relação à RESPONSABILIZAÇÃO DE FISCAIS
ADITIVOS CONTRATUAIS: Teoria das áleas, Teoria da imprevisão
Alterações quantitativas x alterações quantitativas na nova lei
Novos entendimentos e forma de cálculo dos 25% contratuais
Extrapolação dos 25% contratuais, Itens novos no orçamento
Jogo de planilhas, Aditivos de prazo, Cláusulas de reajuste e repactuação, Impactos na jurisprudência em face da NLL, principalmente com relação ao limite de 25%
ENTREGA DA OBRA E RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR
Recebimento provisório,Recebimento definitivo
Art. 618 do Código Civil, a garantia da obra e as novidades da nova lei relacionadas ao tema.Responsabilidade objetiva
Excludentes da responsabilidade objetiva. Responsabilidade solidária do administrador. Impactos na jurisprudência do TCU

